



EDITAL nº086/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 – Processo Nº 9900/2025
LEI 14.133/2021

PREÂMBULO

INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO SP.
DATA E HORARIO DA SESSÃO:	DATA: 30/09/2025 HORA: 09:00
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde , deste município, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.
TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Pregão Presencial – MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	Sala da Comissão de Licitações no Paço Municipal – Rua 9 de Julho, 690 – Centro – Capão Bonito SP – Cep: 18300-900
REGIME DE EXECUÇÃO	ENTREGA INDIRETA.
PREGOEIRO	Edvaldo Hilário de Queiroz
AMPARO LEGAL:	Regido pela a Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 001/2024 e demais legislações pertinentes.
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço https://www.licitacao.capaobonito.sp.gov.br a partir da data de sua publicação;</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Comissão Permanente de Licitação, Fone: (15) 3543-9900 e-mail: editalcapaobonito@gmail.com</p>	



**EDITAL nº086/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025
PROCESSO Nº 9900/2025**

A Prefeitura Municipal de Capão Bonito, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.634.259/0001-95, faz saber aos interessados que fará realizar, no dia **30 de setembro de 2025, às 09h00min**, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 – PROCESSO Nº 9900/2025 para Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 30 de setembro de 2025

HORA: 09h00min

Local: Paço Municipal de Capão Bonito SP.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa **Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 001/2024, e demais legislações pertinentes ao objeto.

2.2. O Pregoeiro e equipe que conduzirá esse certame, foi nomeada pela **Portaria nº 025/2025 de 02 de janeiro de 2025.**

2.3.

2.3. Além da previsão constante na Legislação Federal, o Decreto Municipal nº 001/2024, que regulamenta os procedimentos a serem realizados com fundamento na Lei Federal 14.133/2021, estabelece que:

Art. 31. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos no local, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

2.4. JUSTIFICATIVA NA FORMA “PRESENCIAL”



O principal aspecto a ser observado no que se refere a opção pela modalidade de Pregão Presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade sem prejuízo a competitividade. Considerando as disposições do art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, que dispõe que "As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Considerando a necessidade de contratação de serviço essencial e sensível, qual seja, o transporte coletivo de pacientes para tratamento de saúde em outras localidades, justifica-se a adoção da forma presencial do pregão, com fundamento no artigo 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que permite a utilização do pregão na forma presencial desde que haja justificativa.

Neste caso, a forma presencial é recomendada pelos seguintes motivos:

1. Natureza Sensível e Específica do Objeto

O serviço envolve o transporte de pacientes em situação de vulnerabilidade, exigindo atenção especial à segurança, pontualidade, conforto e adequação dos veículos e condutores, o que demanda maior proximidade entre a equipe técnica e os licitantes para esclarecimentos e aferição de capacidade operacional durante a sessão pública.

2. Necessidade de Dirimir Dúvidas Técnicas Imediatamente

A realização presencial da sessão permitirá esclarecimentos diretos e imediatos entre os licitantes e a equipe de apoio, otimizando a condução da disputa e reduzindo o risco de impugnações ou desclassificações indevidas por mal-entendidos técnicos.

3. Viabilidade Técnica e Logística para a Realização Presencial

A administração dispõe dos meios logísticos e operacionais para a realização do certame em sua sede, em local acessível e adequado, conforme prevê a legislação.

2.5. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizada no Paço Municipal sede deste Município – Rua 9 de Julho, nº 690 - Centro – Capão Bonito. O Credenciamento será feito na própria sessão de abertura.

2.6. O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo junto a Comissão Permanente de Licitação deste Município, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes.

2.7. As empresas interessadas em participar do certame poderão, obter o Edital pelo site: www.licitacao.capaobonito.sp.gov.br, dúvidas poderão ser informadas através do e-mail: editalcapaobonito@gmail.com, os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Pessoa de Contato e telefones). Este pré agendamento não é de caráter obrigatório, visa apenas criar condições para que a Comissão de Licitação possa enviar quaisquer comunicados, esclarecimentos e/ou observações pertinentes ao processo licitatório, caso seja necessário.

2.8. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.9. Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.



2.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ANEXO II – PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTO

ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

3. LOCAL E DATA

3.1. A licitação será realizada no dia **30 de setembro de 2025, às 09h00min**, no endereço
Rua 9 de Julho, 690 – Prédio da Prefeitura, Centro - Sala de Licitação.

3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, **com objeto social pertinente e compatível com o certame**, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

4.1.1. Os itens do termo de referência serão de participação exclusiva para ME, EPP ou Equiparadas, do ramo de atividades pertinentes ao objeto da Contratação, que preencherem as condições de credenciamento constante neste edital.

4.1.2. Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempreendedor, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório nos itens exclusivo, a Pregoeira (o) convocará as demais licitante(s) para participar(em) deste item, conforme art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/06.

4.2. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Capão Bonito SP, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.



4.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

4.6. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas **os licitantes credenciados**, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.

4.7. É vedada a participação de empresas:

4.7.1. Concordatária, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.7.2. Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

4.7.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.7.5. empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

4.7.6. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, **servidor** do Município, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam **servidores do mesmo**.

4.7.7. As empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar desta licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (A) E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (B)

5.1. Os envelopes, respectivamente Proposta de Preços (Envelope A) e Documentos de Habilitação (Envelope B), deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, os seguintes dizeres:

NOME DA EMPRESA
CNPJ
ENVELOPE Nº A - PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025

NOME DA EMPRESA
CNPJ
ENVELOPE Nº B - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025

5.2. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise.



5.3. A proposta deverá **estar rubricada** em suas páginas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;

5.4. A proponente somente poderá apresentar **uma única proposta** podendo concorrer por quantos itens for de ser interesse.

5.5. Os documentos de habilitação (Envelope B) poderão ser apresentados em original, por cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet;

5.6. A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à **apresentação do original ao Pregoeiro e equipe**, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade, sob sua responsabilidade pessoal.

5.7. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro;

5.8. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente **será considerada inabilitada**.

5.9. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

6. DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS”

6.1. No Envelope “Proposta de Preços” constará a carta-proposta, devendo esta informar o **prazo para entrega**, informações complementares contidas no ANEXO II, caso existam, e:

6.1.1. Ser redigida, preferencialmente, em 01 (uma) via **editorada por computador**, em língua portuguesa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Podendo ser apresentada no modelo do ANEXO II fornecido pela Comissão ou segundo seu modelo próprio. Para facilitar e agilizar o andamento dos trabalhos, quando solicitado no Edital, os licitantes poderão baixar no site da Prefeitura a planilha padrão de preenchimento, deverá ser fornecida a essa comissão em meio magnético (CD ou Pendrive), no momento da entrega do envelope de proposta, contendo especificação dos produtos cotados, marca, preço unitário e total segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo II deste Edital. O referido procedimento agilizará a análise das propostas e reduzirá os erros de elaboração das mesmas.

6.1.2. Indicar na proposta os seguintes itens:

- a) razão social da Proponente
- b) endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF)).
- c) telefone e endereço eletrônico (e-mail).
- d) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.
- e) Prazo de entrega.



6.1.3. A validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”. Se a proposta não informar este prazo, **será está a validade considerada**.

6.1.4. As propostas **deverão conter: item; unidade; quantidade; descrição do produto; preço unitário e total, vedada a indicação de mais de uma fabricante para cada item**, bem como sua **substituição** durante o julgamento desta licitação. Se houver dúvidas quanto aos produtos ofertados em relação ao solicitado no edital poderá ser solicitado amostra para fins de conferência e esclarecimento, conforme o caso.

6.1.5. O Fornecedor/Prestador de Serviços **deverá cumprir rigorosamente** com os prazos de entrega, devendo o objeto ser de boa qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes que atendam integralmente todas as normas técnicas vigentes, em especial norma ABNT;

6.1.6. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca do objeto dentro do prazo de garantia, se for o caso.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

a.1.) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o que mais se aproximar da soma total da proposta, mantendo-se os valores unitários;

a.2.) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

a.3.) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

a.4.) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

b) O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.

c) **O valor final total ofertado na fase de lances poderá ser ajustado no valor do lance ou a menor quando da apresentação de nova proposta, devendo esta ser apresentada com cálculos exatos observando a quantidade de casas decimais estabelecidas no item 6.1.6.**

c.1.) **A proposta deverá conter preço para os itens cotados a qual a empresa esteja apresentada preço.**

6.1.7. A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

6.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

6.3.

6.4. Deverá constar na proposta ou em anexo à ela declaração de que sua proposta comercial comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

6.5. A não apresentação das DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES mencionadas acima ensejará na desclassificação do licitante.

6.6. O licitante poderá concorrer e a adjudicação do objeto ocorrerá como consequência da melhor proposta ofertada, pelo **Menor Preço por Item**, sendo que a adjudicação do objeto dependerá ainda que o ofertante da melhor proposta atenda as condições previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

6.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem prestados sem ônus adicionais.

6.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidas automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o menor preço por item.

6.9. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta. Não serão admitidas, posteriormente, alegações ou enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

6.11. **A apresentação da proposta implicará na plena aceitação**, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.12. Após apresentação da proposta, **não caberá desistência**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7. DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

7.1. A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, os documentos relacionados a seguir. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente **LEGÍVEL**, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

7.2. REGULARIDADE JURÍDICA

7.2.1 A licitante **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** que desejar gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e nº 147/2014, deverá comprovar seu porte mediante a apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação legalmente exigida para os fins de reconhecimento da condição de ME ou EPP, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou de **Certidão Simplificada**



expedida por tais órgãos em que conste a mencionada condição de ME ou EPP, **devidamente atualizada**.

- a) **Ato constitutivo** – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto.
 - b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
 - b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
 - c) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.2.1. Os documentos relacionados nas Alíneas "a" à "d" deste Subitem não precisarão constar do Envelope 02 - "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.**

7.3. REGULARIDADES FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de **Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União**, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal, ambas da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.
- e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de regularidade relativa à justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), em atendimento ao exposto na Lei Federal 12.440/11.
- g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

- a) **Certidão Negativa de pedido de Falência ou Concordata, ou Recuperação Judicial**, impresso pela Internet ou expedido por Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expresso no próprio documento.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Comprovação de aptidão através de no mínimo **01 (um) Atestado de capacidade técnica**, que comprove que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando contrato



compatível ao objeto dessa licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. **O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que este município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário.** O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explicita sua validade;

7.6. OUTROS DOCUMENTOS

- a) Declaração de que empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante no ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.
- b) **Declaração de inexistência de fato superveniente** impeditivo conforme modelo do **ANEXO VI**.
- c) **Declaração da empresa informando que seus sócios, proprietários, Dirigentes ou assemelhados** não possuem qualquer vínculo com O MUNICIPIO DE CAPÃO BONITO SP, conforme modelo do **ANEXO VII**.

7.6.1. Ainda que possuam restrições fiscais ou fazendárias, as Micros e Pequenas Empresas deverão **apresentar a totalidade dos requisitos dispostos** no item 7.3, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, exigidos para fins de comprovação da regularidade fiscal.

7.7. Os documentos emitidos por via INTERNET poderão ter seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

7.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.9. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências do edital ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira (o) considerará a Proponente inabilitada.

7.10. **Os Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, não se aplicando aos documentos em que a validade já esteja determinada neste Edital.**

8. DAS PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, **o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada** para recebimento das propostas, na forma do art. 164º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

8.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

8.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.



9. DO CREDENCIAMENTO

9.1. Aberta a sessão, iniciar-se-á o CREDENCIAMENTO das participantes do Pregão. O representante da proponente entregará ao Pregoeiro documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

9.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

9.3. Na hipótese de apresentação de **Procuração** por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do **Ato Constitutivo** da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

9.4. É admitida a participação de licitantes, sem a presença de representante credenciado, ainda que o encaminhamento dos envelopes e demais documentos exigidos neste Edital **se faça por correio**, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste edital.

9.5. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar fotocópia do respectivo **Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.6. É admitido somente um representante por proponente.

9.7. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas **impossibilitará a participação da proponente neste Pregão**, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, **inclusive recurso**.

9.8. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o Pregoeiro declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital, sendo facultado o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão pública.

10. DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO E DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

10.1. A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de Habilitação, da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e dos Envelopes de Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO.



10.2. A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO **não deve integrar os envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação**, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente, ficando facultada a utilização do modelo constante no ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

10.3. A apresentação da DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, se for o caso, **será recebido exclusivamente nesta oportunidade**, ficando facultada a utilização do modelo constante no ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

10.4. Iniciada esta etapa/fase, o Pregoeiro receberá e examinará a Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação (anexo III).

10.5. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista, **inviabilizará a participação da proponente neste Pregão**, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação.

10.6. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do Pregão, devendo proceder, em seguida, à entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

11. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

11.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

11.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.2.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

11.2.2. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro.

11.2.3. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.

11.2.4. **Regime Aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

11.2.6. **Sob pena de inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- d) Deverão estar em nome da matriz, ao invés de em nome da filial, os documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



- e) Os documentos poderão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de Lei ou a publicação em órgão da imprensa oficial na forma da lei.
- f) As cópias simples deverão estar obrigatoriamente, **acompanhadas dos documentos originais para conferência**, na sessão, pelos Agentes de Contrato ou possuir declaração de autenticidade, sob sua responsabilidade pessoal.
- g) **Não serão aceitos** “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no Pregão.

11.3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

11.3.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as ME e EPP, **deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital**, mesmo que está presente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

- a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado as ME e EPP **o prazo de 05 (cinco) dias úteis** para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira (o), nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alteração trazida pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima **implicará na decadência** do direito à contratação, conforme expresso no **inciso IV do art. 155º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 156º** da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

11.3.2. Nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI, ME e EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até **05%** (cinco por cento) inferiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma MEI, ME ou EPP.

11.3.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço superior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- b) Não ocorrendo à contratação de ME ou EPP, na forma da letra “a”, serão convocadas a remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos ME e EPP que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.3.2 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.
- d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos subitem 11.3.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.
- e) O disposto no subitem 11.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.



f) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

11.4.1. No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

11.4.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

a) Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

11.4.3. Para o julgamento das propostas escritas, será considerado **O MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.4.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

11.4.5. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, **MENOR PREÇO POR ITEM**, com observância dos seguintes critérios e procedimentos:

a) Seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**;

11.4.6. O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta classificada de maior valor e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

11.4.7. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

11.4.8. Os lances deverão ser formulados em PERCENTUAIS, DISTINTOS, DECRESCENTES e INFERIORES à proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.4.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances para aquele item.

11.4.10. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de **MENOR PREÇO** com vistas à redução do valor.

11.4.11. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta, decidindo motivadamente a respeito.

11.4.12. ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, Considerada aceitáveis as ofertas de **MENOR PREÇO POR ITEM**, serão abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes autores das ofertas de menor valor.

11.4.13. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do (s) item (s) do certame.

11.4.14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, o qual resultara em **MENOR PREÇO POR ITEM**, o mesmo negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.



11.4.15. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita a de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.4.16. Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

11.4.17. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

11.4.18. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

11.4.19. Da sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

12. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem **contrarrazões em igual número de dias**, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará **decadência do direito de recurso** e, consequente, adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à(s) licitante(s) vencedora(s) com encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou mantê-la, encaminhando o feito devidamente instruído à autoridade jurídica competente para análise do caso.

12.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.6. Decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, ou havendo renúncia expressa a esse direito, o julgamento da licitação será submetido à autoridade CONTRATANTE para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação, publicando-se o resultado do julgamento.

13. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

13.1. O resultado final do PREGÃO será publicado na Imprensa Oficial do Município de Capão Bonito, no site oficial da Prefeitura, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



14.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo a Pregoeira (o) adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora;

14.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora;

14.3. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

14.4. A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta.

14.5. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acaso pertinente e operacionalmente possível em atendimento à Lei 14.133/2021.

15. DA FORMA DE EXECUÇÃO

15.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Termo de Referência, de acordo com o cronograma disponibilizado pela Secretaria demandante;

15.2. Todas as despesas inerentes direta ou indiretamente à prestação dos serviços, tais como: fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, transporte de pessoal e materiais, as despesas com encargos sociais e trabalhistas, impostos, licenças, emolumentos fiscais e outras despesas, inclusive lucros, além de outros não citados, necessários à perfeita execução dos serviços contratados, será de total responsabilidade da contratada;

15.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações técnicas de cada item, com fiel observância aos critérios de qualidade, bem como dentro do prazo estabelecido.

15.4. Não haverá franquia mínima de cópias ou serviços a serem realizados. Os quantitativos totais descritos nesse Termo de Referência são meramente estimados, não podendo ser considerados como garantia mínima de faturamento nem como determinante para revisão de preços unitários.

15.5. Os itens serão solicitados de acordo com a necessidade da secretaria demandante e serão pagos somente os quantitativos efetivamente realizados ao longo da vigência da Ata de registro de preços.

15.6. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à prestação dos serviços, será de total responsabilidade da detentora da ATA e/ou CONTRATADA;

15.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE

15.8. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



15.9. O Município de Capão Bonito através da Secretaria Requisitante adotará o seguinte critério de procedimento durante a vigência do **Contrato**:

- a) Emitirá Ordem de Serviços para aquisição dos produtos e/ou serviços solicitados, onde constará a quantidade, o produto, incluindo o responsável pelo recebimento e data da emissão.
- b) Cópia da Ordem de Serviços será remetida ao Setor requisitante para acompanhar o fornecimento dos produtos e/ou serviços dentro dos prazos contratados.
- c) O Setor requisitante emitirá a certificação de aceite das encomendas solicitadas. Este aceite será parte do ajuste a ser feito quando do pagamento da fatura.
- d) Caso ocorram irregularidades na prestação dos serviços, serão adotados os seguintes procedimentos:
 - d.1). Será emitido na Ordem de Compra o motivo da irregularidade apresentada pelo fornecedor.
 - d.2). Caso ocorram **05 (cinco) irregularidades durante a vigência** do Contrato, o Município notificará o fornecedor sobre os fatos decorrentes e apontados pelas Secretarias requisitantes.
 - d.3). Tendo sido notificado e o fornecedor incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, imediatamente será cancelado, sendo adotadas as medidas listadas nos itens descritos.

15.10. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, a prestação dos serviços será fiscalizada pelo Município, através de servidor designado para tal função, a qualquer hora, dentro dos padrões determinados pela Lei Federal nº. 14.133/21.

15.11. O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar os serviços, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato.

16. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas com a presente licitação serão suportadas orçamentariamente por meio da rubrica: Classificação Funcional Programática disposta na LOA – 2025, sendo as seguintes **Dotação Orçamentária: 10.302.0013.2098 - 3.3.90.39 – Ficha 718. Recurso Próprio**

Valor total:

- **R\$ 2.473.952,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais).**

16.2. As despesas possuem compatibilidade com as demais Lei Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal nº 4.320/64.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados **em até 30 (trinta) dias**, após a apresentação na Divisão de Contabilidade, da documentação fiscal completa, correspondente aos bens/serviços prestados, acompanhado do Atestado de Aceite dos referidos serviços, emitido pela Secretaria Municipal requisitante ou por servidor por ela designado, sendo que a entrega da documentação incompleta, impede a liberação do pagamento.



17.2. O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pelo Município, de acordo com as condicionantes apresentadas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

17.3. Deverão estar incluídas, no preço dos bens/serviços todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, materiais, mão de obra, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

17.4. O Município reserva-se ao direito de reter o pagamento se, no ato da verificação da entrega dos serviços os mesmos não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações exigidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, e as especificações apresentadas na Ordem de Serviços.

17.5. Na eventualidade de aplicação de multa, será assegurada a ampla defesa na forma da lei.

17.6. A Nota Fiscal – emitida obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado para a Habilitação – só será liberada quando a execução dos serviços contratados estiver em total conformidade com as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

17.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o Município comunicará à CONTRATADA para que regularize a situação.

17.8. Na hipótese prevista no subitem 17.1, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

17.9. Deverão ser pagos somente os bens/serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização do Município;

18. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. São obrigações da Licitante Vencedora, além daquelas expressas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) Executar os serviços solicitados conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata;
- f) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que faz parte integrante do Contrato.

18.2. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre o contrato ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa contratada.



19. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

19.1. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos do art. 117º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

19.2. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Contratação;
- f) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que fará parte integrante do Contrato.

20. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DO CONTRATO

20.1. O Contrato deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

20.1.1 Deverá providenciar e encaminhar à Prefeitura de Capão Bonito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da convocação para assinatura do contrato:

- a) Cópias dos **documentos de habilitação** (compatível com a categoria exigida para a condução de veículo vans) dos motoristas que executarão os serviços;
- b) Cópias de **documentos que comprovem a contratação dos motoristas**, em nome da empresa prestadora dos serviços;
- c) Cópias autenticadas do **CRLV** - Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos, que serão utilizados para a execução dos serviços, incluindo-se as dos veículos reservas;
- d) Cópias do **seguro obrigatório**, devidamente quitado, dos veículos, que serão utilizados para a execução dos serviços, incluindo-se as dos veículos reservas;
- e) Cópias autenticadas das **apólices de seguro de acidentes pessoais de passageiros ou coletivos, para cobertura a cada pessoa transportada**, sendo que, no caso de invalidez permanente ou parcial, mínimo de: R\$ 13.479,48 (Treze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) por pessoa, e no caso de morte acidental o valor mínimo de R\$ 13.479,48 (Treze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), por pessoa e de R\$ 2.695,90 (Dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa centavos), por pessoa, para cobrir despesas de assistência médica e suplementares; apólice esta



independente do seguro obrigatório dos veículos, que serão utilizados para a execução dos serviços, incluindo-se as dos veículos reservas;

f) Certidão de vistoria dos veículos que serão utilizados para a execução dos serviços (incluindo-se as dos veículos reservas), expedidas pelo DETRAN ou pela CIRETRAN;

g) Declaração de que os veículos a serem utilizados, para a execução dos serviços (inclusive os veículos reservas) contêm: telefone celular e tacógrafo;

h) Laudo de vistoria dos veículos que serão utilizados para a execução dos serviços (inclusive os reservas), elaborado por **comissão determinada pelo Prefeito Municipal**, no qual deverá ser atestado o preenchimento das exigências técnicas, para a execução dos serviços licitados, inclusive a disponibilização nos veículos, de poltronas reclináveis e tacógrafos.

i)PROVA DE REGISTRO DA EMPRESA JUNTO A ARTESP.

20.2. O prazo para assinatura do Contrato **será de 05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

20.3. A Licitante que convocada para assinar o contrato deixar de fazê-lo no prazo fixado dela **será excluída**.

20.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 18.3 ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

20.5. O Contrato terá seu extrato publicado na Imprensa Oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e **será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, se pertinente.

20.6. O prazo de vigência do Contrato, **será de 12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período.

20.7. A extinção Contratual poderá ser:

20.7.1 A extinção contratual, em favor da **Administração**, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

20.8. A rescisão do contrato poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21.



22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

22.1. O objeto do contrato será recebido de forma provisória e definitiva, as quais serão realizados na forma do art. 140º, inciso I da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

22.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

20.1.1.1. O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

- a) Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os serviços envolvidos na execução;
- b) Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;
- c) A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

22.1.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

20.1.2.1. O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s) de acordo com o constante no art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- a) Atendidas todas as reclamações do Município referentes a defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos dos serviços;
- b) Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos serviços;
- c) Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de **inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, e FGTS e Certidões negativas** de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

20.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

20.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

20.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

20.5. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

21. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

21.1. A contratada obriga-se a executar os serviços licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das



requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e do Contrato.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Contratada às penalidades seguintes:

- a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

22.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

22.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

22.3.2. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo **com ampla defesa**, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

22.3.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

22.3.4. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no **prazo de 10 (dez) dias úteis** dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

22.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

22.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23. DAS ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS

23.1 Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo entre as partes:



- a)** quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b)** quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- c)** para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As licitantes declararam ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades ao cumprimento do objeto licitado, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

24.2. Pela elaboração da proposta, as licitantes não terão direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

24.3. Esta Licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo do Município de Capão Bonito, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

24.4. A Administração poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência que, a seu exclusivo critério, julgar necessária, no sentido de obter esclarecimentos ou informações complementares.

24.5. As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

Capão Bonito, 15 de setembro de 2025

Andrea Cristiane Milani Lins dos Santos
Secretaria Municipal de Saúde



ANEXO I
MÉDIA DE PREÇO E TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Presencial nº 012/2025
Processo Administrativo nº 9900/2025

1. OBJETO:

O presente termo tem a finalidade para a **Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde**, deste município, conforme especificações constantes abaixo: deste Município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do presente edital, considerando o **Menor Preço Unitário**.

1.1 Quantidade e Preços Aceitáveis

Item	Qtd	Unid.	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	144	viagem	CIDADE DE SÃO PAULO - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 01:30 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)	R\$ 1.756,66	R\$ 252.960,00
2	96	viagem	CIDADE DE SÃO PAULO - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 01:30 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)	R\$ 2.951,66	R\$ 283.360,00
3	180	viagem	CIDADE DE BOTUCATU, JÁU E BAURU - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 00:00 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)	R\$ 3.266,66	R\$ 588.000,00
4	60	viagem	CIDADE DE BOTUCATU, JÁU E BAURU - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 00:00 horas) Transporte de 28 ou mais passageiros (capacidade mínima de 45 lugares)	R\$ 5.183,33	R\$ 311.000,00
5	72	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 320 KM (Saída às 03:30 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)	R\$ 1.103,33	R\$ 79.440,00
6	96	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 320 KM (Saída às 03:30 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)	R\$ 1.616,66	R\$ 155.200,00



7	72	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 320 KM (Saída ás 03:30 horas) Transporte de 28 ou mais passageiros (capacidade mínima de 45 lugares)	R\$ 2.446,66	R\$ 176.160,00
8	144	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 260 KM (Saída ás 08:00 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)	R\$ 1.027,33	R\$ 147.936,00
9	74	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 260 KM (Saída ás 08:00 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)	R\$ 1.487,33	R\$ 107.088,00
10	24	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 260 KM (Saída ás 08:00 horas) Transporte de 28 a 44 passageiros (capacidade mínima de 45 lugares)	R\$ 2.195,33	R\$ 52.688,00
11	180	viagem	CIDADE DE ITAPETININGA - MÉDIA DE 140 KM (Saída ás 05:30 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)	R\$ 646,66	R\$ 116.400,00
12	60	viagem	CIDADE DE ITAPETININGA - MÉDIA DE 140 KM (Saída ás 05:30 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)	R\$ 942,00	R\$ 56.520,00
13	240	viagem	CIDADE DE ITAPETININGA - MÉDIA DE 140 KM (Saída ás 12:00 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)	R\$ 613,33	R\$ 147.200,00

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 2.473.952,00 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E TRÊS MIL E NOVECENTOS E CINQUEWNTA E DOIS REAIS)

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO:

O presente termo tem a finalidade para a **Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP**, para realização de consultas e exames nas cidades de São Paulo, Itapetininga, Sorocaba, Botucatu, Jaú, Bauru de segunda-feira à sexta-feira e em raras exceções em sábado, em datas a definir conforme requisição da Secretaria Municipal de Saúde, deste município, conforme especificações constantes abaixo:



20 VIAGENS POR MÊS	
Cidade de São Paulo: Média de 600 Km SAÍDA ÀS 01:30 HORAS	
Item 01 - Transporte de 01 a 18 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 19 lugares)	Quantidade de viagens estimada (12 por mês)
Item 02 - Transporte de 19 a 27 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 28 lugares)	Quantidade de viagens estimada (08 por mês)

Observações:

1. 01 Veículo e Motorista para cada linha / horário.
2. Horário de Saída 01:30 horas e retorno assim que todos os pacientes estejam liberados.
3. Havendo necessidade serão inclusos pacientes com destino ao Hospital Adib Jatene, em Sorocaba e do AME de ITU, ambos localizados as margens da rodovia.
4. Havendo necessidade, o veículo em trânsito, que estiver retornando de São Paulo, deverá passar em Sorocaba para trazer pacientes liberados ou de alta hospitalar. Estas situações pontuais, serão informadas diretamente aos motoristas, pelo responsável pela logística dos pacientes do Transporte da Saúde.
5. A empresa contratada deverá embarcar e desembarcar os pacientes nos pontos em frente aos locais indicados na cidade de Capão Bonito e em frente aos hospitais/clínicas agendados (conforme lista enviada pelo setor transporte da saúde).

20 VIAGENS POR MÊS	
Cidade de Botucatu/Jaú/ Bauru: Média de 600 Km SAÍDA ÀS 00:00 HORAS	
Item 03 - Transporte de 19 a 27 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 28 lugares), quantidade de viagens estimada (15 por mês)	
Item 04 - Transporte de 28 ou mais passageiros (Veículo com capacidade mínima de 45 lugares)	quantidade de viagens estimada (05 por mês)
Estimado 20 viagens mensais.	

Observações:

- 1º Horário – Saída 00:00 horas e retorno assim que todos os pacientes do dia estejam liberados.
2. Havendo necessidade, o veículo em trânsito, que estiver retornando de Jaú, deverá passar em Botucatu e/ou Bauru para trazer pacientes liberados ou de alta hospitalar. Estas situações pontuais, serão informadas diretamente aos motoristas, pelo responsável pela logística dos pacientes do Transporte da Saúde.
3. A empresa contratada deverá embarcar os pacientes em suas residências e desembarcar os pacientes em frente aos hospitais/clínicas agendados (conforme lista enviada pelo setor transporte da saúde).



<u>40 VIAGENS POR MÊS</u>	
SOROCABA: Média de 260 Km SAÍDA ÀS 03:30 HORAS	
Item 05 - Transporte de 01 a 18 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 19 lugares), quantidade de viagens estimada (06 por mês)	
Item 06 - Transporte de 19 a 27 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 28 lugares)	
Quantidade de viagens estimada (08 por mês)	
Item 07 - Transporte de 28 a 44 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 45 lugares), quantidade de viagens estimada (6 por mês)	
Estimado 20 viagens mensais.	
- SOROCABA: Média de 260 Km SAÍDA ÀS 08:00 HORAS	
Item 08 - Transporte de 01 a 18 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 19 lugares), quantidade de viagens estimada (12 por mês)	
Item 09 - Transporte de 19 a 27 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 28 lugares), quantidade de viagens estimada (06 por mês)	
Item 10 - Transporte de 28 a 44 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 45 lugares), quantidade de viagens estimada (02 por mês)	
Estimado 20 viagens mensais.	

Observações:

1. 01 Veículo e Motorista para cada linha / horário.
2. 1º Horário – Saída 03:30 horas e retorno 13:00 horas e ou quando todos os pacientes estiverem liberados.
3. O paciente que não estiver liberado até 13:00 horas, retornará com o veículo do 2º horário (Quando Houver).
4. 2º Horário – Saída 08:00 horas e retorno assim que todos os pacientes estiverem liberados.
5. A empresa contratada deverá embarcar e desembarcar os pacientes nos pontos em frente aos locais indicados na cidade de Capão Bonito e em frente aos hospitais/clínicas agendados (conforme lista enviada pelo setor transporte da saúde).

<u>40 VIAGENS POR MÊS</u>	
Itapetininga: Média de 140 Km SAÍDA ÀS 05:30 HORAS	
Item 11 - Transporte de 01 a 18 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 19 lugares), quantidade de viagens estimada (15 por mês)	
Item 12 - Transporte de 19 a 27 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 28 lugares), quantidade de viagens estimada (05 por mês)	
Estimado 20 viagens mensais.	
Itapetininga: Média de 140 Km SAÍDA ÀS 12:00 HORAS	
Item 13 - Transporte de 01 a 18 passageiros (Veículo com capacidade mínima de 19 lugares), quantidade de viagens estimada (20 por mês)	
Estimado 20 viagens mensais.	



Observações:

1. 01 Veículo e Motorista para cada linha / horário.
2. 1º Horário – Saída 03:30 horas e retorno 13:00 horas e ou quando todos os pacientes estiverem liberados.
3. O paciente que não estiver liberado até 13:00 horas, retornará com o veículo do 2º horário (Quando Houver).
4. 2º Horário – Saída 08:00 horas e retorno assim que todos os pacientes estiverem liberados.
5. A empresa contratada deverá embarcar e desembarcar os pacientes nos pontos em frente aos locais indicados na cidade de Capão Bonito e em frente aos hospitais/clínicas agendados (conforme lista enviada pelo setor transporte da saúde).

1 - OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Havendo necessidade serão inclusos nas listas, pacientes de alta hospitalar (para retorno).
2. O Embarque e Desembarque dos pacientes deverá ser em frente ao destino agendado.
3. Ao receber a lista dos pacientes do dia seguinte, a empresa CONTRATADA, deverá informar quais motoristas estarão a serviço em cada linha / destino via grupo WhatsApp (Terceirizada), facilitando assim o contato, caso seja necessário.
4. O motorista deverá informar o setor de transporte, o horário de saída / retorno para Capão Bonito, via grupo WhatsApp (Terceirizada), visando facilitar a logística dos pacientes e altas hospitalares.
5. As quantidades das viagens informadas são estimadas, com base nas viagens realizadas no último ano, desta forma, pode haver alterações no quantitativo, de acordo com a necessidade do Transporte da Saúde.

2 – DO PREÇO:

Estima-se o valor global desta licitação em **R\$ 2.720.739,00**.

3 – DO PRAZO:

O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**.

4 - RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO:

Nome: Denilson de Mello Costa
Cargo: Diretor de Transporte Saúde
R.G – 25.339.966-X

5 – EXIGÊNCIAS:

- Os veículos disponíveis para as viagens deverão conter obrigatoriamente: **tacógrafo, rastreador, poltronas reclináveis e com espaçamento de acordo com especificado na ARTESP, ar condicionado, escadinha para embarque dos pacientes e o motorista dispor de telefone celular, para facilitar o contato caso seja necessário.**
- A embarcação dos pacientes de cada linha se dará conforme lista dos pacientes do dia, fornecido pelo Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde;



- A Empresa vencedora, deverá impreterivelmente transportar o número de passageiros (de 05 a 44) fornecido em lista pelo Setor de Transporte da Secretaria Municipal da Saúde, até as 18h do dia anterior, considerando que o tipo de veículo à ser utilizado em cada viagem, deverá ser conforme se pede no referido contrato (Van, até 18 pacientes, Micro, até 27 pacientes e Ônibus, acima de 28 pacientes), desde que este seja vistoriado e aprovado de acordo com o edital, no ato de assinatura do contrato.
- A Empresa vencedora / contratada, deverá espelhar o rastreamento dos veículos informados no referido contrato com o **Setor Transporte da Saúde**, para possibilitar e facilitar a gestão do contrato.
- Os veículos **deverão transportar somente pacientes do Município de Capão Bonito/SP**, sendo terminantemente proibido transportar, pacientes de outras cidades, ou aqueles que não contenham autorização do Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capão Bonito/SP, e ainda, a empresa Contratada deverá dispor de bagageiros dos veículos para eventual utilização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo terminantemente proibida a utilização destes bagageiros pela empresa Contratada, com a finalidade de transporte de produtos ou encomendas que não dizem respeito ao objeto deste certame.
- Com possibilidade de trajeto alternativo, desde que ocorra interrupção de tráfego nas rodovias indicadas no contrato (interrupção a ser devidamente comprovada sob as penas que regem os contratos dessa espécie), quando a empresa vencedora poderá optar por vias que permitam alcançar o destino sem comprometimento da segurança e conforto mínimo necessário aos pacientes transportados, pelo tempo de duração de interrupção.
- **A empresa deverá providenciar, sob sua inteira responsabilidade:** Autorização para trafegar na cidade de São Paulo em todos os locais onde devam ser realizados os embarques e desembarques de pacientes, junto à Prefeitura Municipal da Capital, **Companhia de Engenharia de Tráfego – C.E.T.** ou qualquer outro órgão que detenha competência para emissão de tal autorização.
- A empresa deverá ter garagem no município e manter as condições necessárias, como abastecimento do veículo, manutenção e boas condições para uso. **Suprimento de higienização por funcionário com designação para tal função mantendo a limpeza dos veículos a cada turno.**
- **A empresa contratada deverá embarcar e desembarcar os pacientes nos pontos em frente aos locais indicados na cidade de Capão Bonito e em frente aos hospitais/clínicas agendados**, ficando terminantemente proibido a baldeação em outros veículos para que não haja incomodo aos passageiros, a não ser em caso de urgência/emergência devidamente comprovada. E deverá aguardar o embarque de todos os pacientes para seu retorno.
- Com relação à possíveis multas no trajeto, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6 - ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS QUE PODEM SER UTILIZADOS:

- **Veículo com capacidade de 19 (dezenove) lugares Tipo VAN**- Os veículos deverão ter ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2020, devidamente regulamentada na ARTESP. Os veículos deverão conter ar condicionado e cintos de segurança individual



em todos os assentos reclináveis e adesivados “À SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAPÃO BONITO, COM LOGOTIPO DA SAÚDE PMCB”, para facilitar a identificação dos veículos no ato do embarque dos pacientes, desta forma os adesivos deverão ficar bem visíveis. A arte para confecção dos adesivos será enviada pelo Setor Transporte da Saúde. Os adesivos deverão ser aplicados no capô (frente do veículo) e nas laterais dos veículos (LD e LE), nas medidas 0,90 cm de largura e 0,45 cm de altura.

➤ A Empresa deverá contar com funcionários efetivos e com carteira assinada seguindo as normas da CLT e com salários de acordo com o piso da categoria. Os motoristas deverão ser capacitados para o atendimento de forma humanizada a todos os pacientes. Os veículos deverão ser guardados em garagem própria no município contratante, a fim de evitar faltas ou atrasos de horário. A Empresa também deverá contar com veículo reserva para casos de manutenção prévia ou problemas mecânicos no decorrer do percurso.

➤ **Veículo com capacidade de 27 (vinte e sete) lugares - Mini Ônibus tipo rodoviário da categoria EXECUTIVO;** As dimensões internas relativas às poltronas reclináveis, espaçamento internos e demais especificações técnicas, deverão atender as medidas previstas nos ANEXOS da PORTARIA ARTESP Nº 03 de 13 de abril de 2015; Os veículos deverão conter ar condicionado e Os veículos deverão ter ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2020, deverão contar com cintos de segurança em todos os assentos e estarem cadastrados junto à ARTESP e adesivados “À SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAPÃO BONITO, COM LOGOTIPO DA SAÚDE PMCB” , para facilitar a identificação dos veículos no ato do embarque dos pacientes, desta forma os adesivos deverão ficar bem visíveis. A arte para confecção dos adesivos será enviada pelo Setor Transporte da Saúde. Os adesivos deverão ser aplicados no capô (frente do veículo) e nas laterais dos veículos (LD e LE), nas medidas 0,90 cm de largura e 0,45 cm de altura.

➤ A Empresa deverá contar com funcionários efetivos e com carteira assinada seguindo as normas da CLT e com salários de acordo com o piso da categoria. Os motoristas deverão ser capacitados para o atendimento de forma humanizada a todos os pacientes. Os veículos deverão ser guardados em garagem própria no município contratante, a fim de evitar faltas ou atrasos de horário. A Empresa também deverá contar com veículo reserva para casos de manutenção prévia ou problemas mecânicos no decorrer do percurso. Ter no veículo uma cadeira de rodas com pneus de câmara.

➤ **Veículo com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) lugares - Ônibus tipo rodoviário da categoria EXECUTIVO,** as dimensões internas relativas às poltronas reclináveis, espaçamento internos e demais especificações técnicas, deverão atender as medidas previstas nos ANEXOS da PORTARIA ARTESP Nº 03 de 13 de abril de 2015; Veículos com ar condicionado. Os veículos deverão ter ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2020, e deverão contar com cinto de segurança em todos os assentos. Os veículos deverão estar cadastrados junto à ARTESP e adesivados “À SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAPÃO BONITO, COM LOGOTIPO DA SAÚDE PMCB”, para facilitar a identificação dos veículos no ato do embarque dos pacientes, desta forma os adesivos deverão ficar bem visíveis. A arte para confecção dos adesivos será enviada pelo Setor Transporte da Saúde. Os adesivos deverão ser aplicados no capô (frente do veículo) e nas laterais dos veículos (LD e LE), nas medidas 0,90 cm de largura e 0,45 cm de altura.

➤ A Empresa deverá contar com funcionários efetivos e com carteira assinada seguindo as normas da CLT e com salários de acordo com o piso da categoria. Os motoristas deverão ser capacitados para o atendimento de forma humanizada a todos os pacientes. Os veículos deverão ser guardados em garagem própria no município contratante, a fim de evitar faltas ou atrasos de horário. A Empresa também deverá contar com veículo



reserva para casos de manutenção prévia ou problemas mecânicos no decorrer do percurso. Ter no veículo uma cadeira de rodas com pneus de câmara.

7 – DESCRIPTIVA DA SOLUÇÃO

A finalidade deste é a contratação de empresa para a realização de serviços de transporte intermunicipal de pacientes de Capão Bonito, na qual a empresa CONTRATADA deverá:

- Os veículos deverão ter ano de fabricação igual ou superior ao ano de 2020, deverão estar em conformidade com o Código Brasileiro de Trânsito. Os veículos deverão estar cadastrados junto à ARTESP e adesivados “À SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAPÃO BONITO, COM LOGOTIPO DA SAÚDE PMCB”, para facilitar a identificação dos veículos no ato do embarque dos pacientes, desta forma os adesivos deverão ficar bem visíveis. A arte para confecção dos adesivos será enviada pelo Setor Transporte da Saúde. Os adesivos deverão ser aplicados no capô (frente do veículo) e nas laterais dos veículos (LD e LE), nas medidas 0,90 cm de largura e 0,45 cm de altura.
- Seguro dos passageiros (pacientes), devidamente quitado e dentro do prazo de validade durante o período da prestação de serviço.
- Declaração que providenciará a reposição do veículo reserva para o atendimento aos pacientes em caso de avaria, manutenção ou quaisquer outros motivos que impeçam a realização do transporte dos pacientes pelo veículo principal, do trajeto em questão.
- Cópia do documento de habilitação dos motoristas, compatível com a categoria exigida para a condução de veículo ônibus, micro ônibus e van (categoria “D” conforme artigo 138, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro).
- Cópia do certificado de aprovação dos motoristas em Curso de Transporte Coletivo ou o mesmo indicado na sua CNH.
- Atestado de distribuição criminal do (a) motorista do veículo, relativo aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores (Portaria 1.153/02 do DETRAN de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro);
- Comprovação de que o (a) motorista não tenha cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou seja reincidente em infrações médias durante os (12) doze últimos meses (Portaria 1.153/02 do DETRAN em conformidade com o Artigo 138, inciso IV do Código de Trânsito Brasileiro);
- Comprovação de vínculo empregatício entre o motorista do veículo e a empresa CONTRATADA.

8 - INFORMAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

- **LOCAL: SETOR DE TRANSPORTES DA SAÚDE**
- **CONDIÇÕES:** Lista de passageiros fornecida pelo Setor de transporte da Secretaria Municipal de Saúde.
- **CRITÉRIOS:** Relatório semanal de Faturamento de viagens constando data, local, e número de passageiros transportados.
- **EXIGÊNCIA: Apresentação de Capacidade Técnica.**
- **GESTÃO:** Setor de Transportes de Pacientes
- **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** 30 dias após emissão de Nota fiscal
- **RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO:**

Diretor de Transporte Saúde
Telefone: 15 3542 2554 / 15 99859 0053
e-mail: transpsaudecb@gmail.com



9 - RELAÇÕES DE PONTOS DE ÔNIBUS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE CAPÃO BONITO - TRANSPORTE DE PACIENTES PARA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

9.1 - Com destino a SÃO PAULO (Hospitais e Clínicas diversas), com saída às 01:30 horas:

1. Entrada Bairro Santa Isabel
2. SEBAV - Bairro Santa Isabel
3. Barracão da Madalena – Bairro Santa Isabel
4. Igreja São José (Vila Brasil)
5. Cruz de Ferro (Cruzeiro)
6. Posto Ikeda
7. Quadra da Boa Esperança
8. Quadra Jardim Europa
9. Pracinha do CDHU Vila Maria
10. Praça Rui Barbosa
11. Rodoviária
12. Roda Viva (Av. Kakihara)
13. Em frente ao Cemitério São João Batista
14. Posto de Saúde da Vila São Paulo
15. Posto de Saúde da Vila Aparecida
16. ARVA Vila Aparecida
17. Na residência (em casos específicos)
18. Recinto Joanin
19. Entrada do Turvo do Almeidas
20. Posto 188
21. Fazenda Califórnia

9.2 - Com destino a ITAPETININGA (Hospitais, AME e Clínicas diversas) com saída as 05:00 horas e 12:30 horas

1. Entrada Bairro Santa Isabel
2. SEBAV - Bairro Santa Isabel
3. Barracão da Madalena – Bairro Santa Isabel
4. Igreja São José (Vila Brasil)
5. Cruz de Ferro (Cruzeiro)
6. Posto Ikeda
7. Quadra da Boa Esperança
8. Quadra Jardim Europa
9. Pracinha do CDHU Vila Maria
10. Praça Rui Barbosa
11. Rodoviária
12. Roda Viva (Av. Kakihara)
13. Em frente ao Cemitério São João Batista
14. Posto de Saúde da Vila São Paulo
15. Posto de Saúde da Vila Aparecida
16. ARVA Vila Aparecida
17. Na residência (em casos específicos)
18. Recinto Joanin
19. Entrada do Turvo do Almeidas
20. Posto 188



21. Fazenda Califórnia

9.3 - Com destino a Sorocaba – saída às 03:30 horas e 08:00 horas.

1. Entrada Bairro Santa Isabel
2. SEBAV - Bairro Santa Isabel
3. Barracão da Madalena – Bairro Santa Isabel
4. Igreja São José (Vila Brasil)
5. Cruz de Ferro (Cruzeiro)
6. Posto Ikeda
7. Quadra da Boa Esperança
8. Quadra Jardim Europa
9. Pracinha do CDHU Vila Maria
10. Praça Rui Barbosa
11. Rodoviária
12. Roda Viva (Av. Kakihara)
13. Em frente ao Cemitério São João Batista
14. Posto de Saúde da Vila São Paulo
15. Posto de Saúde da Vila Aparecida
16. ARVA Vila Aparecida
17. Na residência (em casos específicos)
18. Recinto Joanin
19. Entrada do Turvo do Almeidas
20. Posto 188
21. Fazenda Califórnia

9.4 - Com destino a Botucatu, Jaú (pacientes oncológicos) e Bauru – Saída às 00:00 horas.

1. Os pacientes deverão ser embarcados em suas residências, conforme lista de endereço enviada pelo setor de transporte da saúde diariamente.

Relação de Hospitais e Pontos de Atendimento Médico

SÃO PAULO	
1	AACD
2	ALBERT EINSTEIN
3	AMBULATÓRIO DA MULHER
4	AMBULATÓRIO MARIA ZÉLIA
5	AMBULATORIO VARZEA DO CARMO
6	AME BARRADAS
7	APAE
8	CONSOLAÇÃO
9	CRUZ AZUL
10	CRUZ VERMELHA
11	D.P.M.E. - PERÍCIA MEDICA



12	DARCI VARGAS
13	GRAAC - INST ONCO PEDIATRICA
14	HOSPITAL A. C. CARMAGO (HOSP DO CANCÊR)
15	HOSPITAL BANDEIRANTES
16	HOSPITAL BENEFICIENCIA PORTUGUESA
17	HOSPITAL BRIGADEIRO
18	HOSPITAL CRUZ AZUL
19	HOSPITAL DA POLICIA MILITAR
20	HOSPITAL DANTE PAZZANEZI
21	HOSPITAL DAS CLÍNICAS
22	HOSPITAL DAS CLÍNICAS FMUSP
23	HOSPITAL DO ATLETA
24	HOSPITAL DO CANCÊR
25	HOSPITAL DO GRAJAÚ
26	HOSPITAL DO MANDAQUI
27	HOSPITAL DO RIM
28	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
29	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
30	HOSPITAL E MATERNIDADE SAMARITANO
31	HOSPITAL EDMUNDO VASCONCELOS
32	HOSPITAL EMILIO RIBAS
33	HOSPITAL HELIOPOLIS
34	HOSPITAL HIGIENÓPOLIS
35	HOSPITAL IPIRANGA
36	HOSPITAL MARTINS FONSECA
37	HOSPITAL MONUMENTO
38	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PINEL
39	HOSPITAL PÉROLA BYINGTON
40	HOSPITAL SANTA MARCELINA (ITAQUERA)
41	HOSPITAL SÃO CAMILO
42	HOSPITAL SÃO PAULO
43	HOSPITAL TADEU CVINTAL
44	HOSPITAL TADEU CVINTAL – ERMELINDO MATARAZO
45	IBCC – INSTITUTO BRASILEIRO DE COMBATE AO CANCER
46	ICESP – INSTITUTO DO CANCER DO ESTADO DE SP
47	IMESC
48	INCOR
49	INSTITUTO CLEMENTE FERREIRA



50	INSTITUTO DA CRIANÇA – SP
51	INSTITUTO DO SONO
52	IPEMED
53	ITACI - INST CANCER INFANTIL
54	LUCI MONTORO
55	MARIA PAULA - D.P.M.E.
56	MARTINS FONTES
57	NIPO BRASILEIRO
58	PUC - FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO PAULO
59	SANTA CASA DE MISERICÓRIDA
60	SANTA CASA DE SÃO PAULO
61	SIRIO LIBANES
62	VANZETTI – CADEIRAS DE RODAS E ORTESES
63	USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
64	HOSPITAL DE SAPOPEMBA
65	AME CARAPICUÍBA
66	HOSPITAL VILA ALPINA
67	HOSPITAL GERAL ITAIM PAULISTA
68	HOSPITAL SANTA MARCELINA (ITAIM PAULISTA)
69	CLÍNICA CETRUS
70	REGIONAL SUL
BOTUCATU	
1	SANTA CASA DE BOTUCATU
2	UNESP
3	HOSPITAL DO BAIRRO (ANTIGO SOROCABANA)

	JAÚ
1	AMARAL CARVALHO
2	CLINICA PRADO
3	SANTA CASA DE JAÚ

	GUARULHOS
1	HOSPITAL GERAL

	OSASCO
1	HOSPITAL REGIONAL



ITAPETININGA	
1	AME DE ITAPETININGA
2	CENTRO DE SAÚDE DA VILA RIO BRANCO
3	CENTRO DE SAUDE DO JARDIM MESQUITA
4	FUNCRAF
5	GASTROCLINICA ITAPETININGA
6	GENEFREDO MONTEIRO
7	HOSPITAL REGIONAL DE ITAPETININGA
8	IDS ITAPETININGA
9	INSTITUTO DE NEFROLOGIA E DIÁLISE DE ITAPETININGA - INDI
10	NGA
11	SANTA CASA DE ITAPETININGA
12	UDI - ITAPETININGA
13	UNIMED
14	CLÍNICA ALLUS

SOROCABA	
1	APADAS
2	AME – SOROCABA
3	BIOLABOR LABORATÓRIO
4	CEAMA IASNPE
5	CENTRO MÉDICO - SOROCABA
6	CENTRO MÉDICO TRUJILLO 1
7	CLINICA RADIOLÓGICA
8	DIAGSOM SOROCABA
9	DIGIMAGE SOROCABA
10	HOSPITAL DO SONO
11	HOSPITAL EVANGÉLICO
12	HOSPITAL GPACI
13	HOSPITAL LEONOR DE BARROS
14	HOSPITAL MENTAL MEDICINA ESPECIALIZADA
15	HOSPITAL NUCLEON
16	HOSPITAL OFTALMOLÓGICO
17	HOSPITAL OFTALMOLÓGICO – VILA HORTÊNCIA
18	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PROF. ANDRÉ TEIXEIRA LIMA
19	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO VALE DAS HORTÊNCIAS
20	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – CHS
21	HOSPITAL REGIONAL DE SOROCABA – RAPOSO TAVERES



22	HOSPITAL SANTA LUCINDA
23	IDS LABORATÓRIO
24	INCOR – SOROCABA
25	JARDIM DAS ACÁCIAS
26	POLICLÍNICA
27	PUC - FACULDADE DE MEDICINA
28	SAMARITANO
29	SANTA CASA DE SOROCABA
31	UNIMED
32	UNIP SOROCABA

ITU	
1	AME ITU
2	HOSPITAL SÃO CAMILO
3	ITU AEM I - RODOVIÁRIA
4	ITU AEMI II – PÃO DE AÇUCAR
5	SANATORINHOS DE ITU
6	SANTA CASA DE ITU

SALTO	
1	AME DE SALTO
2	HOSPITAL ALBERTO SABIN
3	HOSPITAL AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO
4	HOSPITAL MONTE SERRAT
5	POLICLÍNICA
6	SANTA CASA DE SALTO

BAURU	
1	BAURU CLINICA OFTALMOLOGICA
2	BENEFICENCIA PORTUGUESA BAURU
3	CENTRINHO BAURU
4	HOSPITAL ESTADUAL BAURU
5	INSTITUTO LAURO DE SOUZA
6	INSTITUTO SANTA LUZIA
7	SANTA CASA DE BAURU



ANEXO II

PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2025 PROCESSO N° 9900/2025 (Papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025

OBJETO: Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Dados a constar na proposta, preenchimento pelo proponente Empresa:

Endereço:

Nome para Contato: Fone/Fax: No. do CNPJ:

Declaro que nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os materiais, mão de obra, fretes, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2025**, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

DA PROPOSTA:

1.1 Apresentamos nossa proposta para o objeto conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital:

1.2 Especificação do Objeto e Quantidade:

Item	Qtd	Unid.	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	144	viagem	CIDADE DE SÃO PAULO - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 01:30 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)		
2	96	viagem	CIDADE DE SÃO PAULO - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 01:30 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)		



3	180	viagem	CIDADE DE BOTUCATU, JÁU E BAURU - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 00:00 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)		
4	60	viagem	CIDADE DE BOTUCATU, JÁU E BAURU - MÉDIA DE 600 KM (Saída às 00:00 horas) Transporte de 28 ou mais passageiros (capacidade mínima de 45 lugares)		
5	72	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 320 KM (Saída às 03:30 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)		
6	96	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 320 KM (Saída às 03:30 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)		
7	72	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 320 KM (Saída às 03:30 horas) Transporte de 28 ou mais passageiros (capacidade mínima de 45 lugares)		
8	144	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 260 KM (Saída às 08:00 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)		
9	74	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 260 KM (Saída às 08:00 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)		
10	24	viagem	CIDADE DE SOROCABA - MÉDIA DE 260 KM (Saída às 08:00 horas) Transporte de 28 a 44 passageiros (capacidade mínima de 45 lugares)		
11	180	viagem	CIDADE DE ITAPETININGA - MÉDIA DE 140 KM (Saída às 05:30 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)		
12	60	viagem	CIDADE DE ITAPETININGA - MÉDIA DE 140 KM (Saída às 05:30 horas) Transporte de 19 a 27 passageiros (capacidade mínima de 28 lugares)		



13	240	viagem	CIDADE DE ITAPETININGA - MÉDIA DE 140 KM (Saída às 12:00 horas) Transporte de 01 a 18 passageiros (capacidade mínima de 19 lugares)		
----	-----	--------	--	--	--

Informar valor total por extenso em R\$ (*****).

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

2 OBSERVAÇÕES

2.1 INDICAR NA PROPOSTA OS SEGUINTE ITENS:

- a) Razão social da Proponente
- b) Endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF)).
- c) Telefone e endereço eletrônico (e-mail).
- d) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.
- e) Validade da proposta de 60 (sessenta) dias.



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
MODELO (Papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025 – PROCESSO N° 99002025

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025

OBJETO: Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial Nº [XX]/2022, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE
MODELO (Papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025 – PROCESSO N.º 9900/2025

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025

OBJETO: Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no **Pregão Presencial N.º 012/2025**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL MODELO (Papel timbrado da
licitante)**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025 – PROCESSO N.º 9900/2025

OBJETO: Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº[XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no **Pregão Presencial Nº 012/2025**, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (____).

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima



ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025
PROCESSO N.º 9900/2025**

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data, **inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação**, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ / ____ / ____.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2025
PROCESSO N.º 9900/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que seus sócios, **não possuem em qualquer vínculo** com A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO SP.

_____, ____ / ____ / ____.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ANEXO VIII
MINUTA CONTRATUAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025
PROCESSO Nº 9900/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO
BONITO E _____.

PROCESSO Nº 9900/2025

A Prefeitura Municipal de Capão Bonito, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretaria Municipal de Saúde, _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade (RG) nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado neste Município e de outro lado, _____, inscrito no CNPJ/MF _____, neste ato representado por _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, com endereço _____, doravante denominado **CONTRATADO**, conforme consta no _____ (indicar o ato que o qualifica como representante legal), firmam o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada às fls. _____ do processo administrativo nº ___, doravante denominado Processo, concernente à **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2025, “TIPO “MENOR VALOR POR ITEM”**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, doravante denominadas Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do presente edital:

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	MENOR VALOR GLOBAL
	R\$

SEGUNDA (DO VALOR) – O valor global estimado deste Contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

TERCEIRA (DA DESPESA) – A despesa do contrato neste exercício correrá à conta do Código Funcional Programática, Categoria Econômica do orçamento da Prefeitura Municipal de Capão Bonito/SP.

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde;
Fonte: 01: Recurso Próprio;
Funcional Programática: 10.302.2098;
Categoria Econômica: 3.3.90.39;



QUARTA (DO FORNECIMENTO) - Somente poderão ser fornecidos os exames cujas sejam assinadas pela Secretaria Municipal de Saúde (ou por quem seja autorizado, por escrito, por ela).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A licitante vencedora é obrigada a fornecer todos os exames previstos solicitados.

QUINTA (DO PAGAMENTO) – O pagamento devido à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente ao da realização do fornecimento dos medicamentos, após a aceitação da(s) Nota(s) Fiscal(is) na Divisão de Contabilidade correspondente ao fornecimento dos medicamentos no respectivo período e de acordo com as especificações do objeto desta licitação, pelo sistema de depósito em conta corrente, a qual deverá ser indicada pela licitante vencedora, descontados os encargos sociais, conforme Legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Nota Fiscal deverá descriminar os medicamentos fornecidos e a indicação do preço bruto e com o desconto ofertado na proposta, acompanhado de cópia da tabela oficial de preços de medicamentos do mês correspondente.

SEXTA (DO PRAZO) – O prazo do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados de sua respectiva assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

SETIMA (DAS PENALIDADES) – Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Contratada às penalidades seguintes:

A) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

B) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

7.1 Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

7.2 Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

7.2.1 A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo **com ampla defesa**, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

7.2.2 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

7.2.3 A Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no **prazo de 10 (dez) dias úteis** dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, **o seu valor será deduzido das faturas remanescentes**.



7.3 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

7.4 Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

OITAVA (DA RESCISÃO) – A rescisão do contrato poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

NONA (DAS RESPONSABILIDADES) – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

DÉCIMA (DA PUBLICIDADE DO CONTRATO) – Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a Contratante providenciará sua publicação resumida na Imprensa Oficial do Município, para ocorrer no prazo de vinte dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

DÉCIMA PRIMEIRA (DO FORO) – O Foro eleito para dirimir controvérsias, quanto às cláusulas do contrato, será o da Comarca de Capão Bonito, excluído qualquer outro.

DÉCIMA SEGUNDA – A PREFEITURA designará o Srº , para representá-la na qualidade de fiscalizador deste contrato. O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-las no exercício da fiscalização.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Capão Bonito/SP, XX de xxxx de 2025.



CONTRATANTE:

CONTRATADO:

MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO

ANDREA CRISTIANE MILANI LINS DOS
SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Testemunhas

1- _____

2- _____

RG: _____

RG: _____



**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
MODELO (Papel timbrado da licitante)**

PREGÃO PRESENCIAL N°012/2025

PROCESSO N° 9900/2025

OBJETO: Contratação de empresa de transporte coletivo de pacientes da rede pública municipal de saúde de Capão Bonito/SP, para consultas e exames nos municípios de Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, São Paulo, Botucatu, Jaú e Bauru. – SP, de segunda à sexta-feira, eventualmente nos sábados, caso haja necessidade, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa [XXXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no **Pregão Presencial N° 012/2025**, não ter recebido do Município de Capão Bonito SP, ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal